

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense

Class.: Yanomani

Data: 31.12.87

Pg.: _____



Jucá e Klein firmam convênio para aumentar vigilância na área indígena

Posto na área Yanomani tenta evitar conflito

Com o objetivo de evitar novos conflitos envolvendo garimpeiros e os índios Yanomami, em Roraima, a **Funai** e o governo do Território firmaram ontem um convênio que prevê a instalação de um posto de vigilância na região do Mucajai, dentro da área indígena onde, em agosto deste ano, um confronto armado envolvendo índios e garimpeiros levou à morte quatro indígenas e um garimpeiro.

Assinado pelo governador do Território, general Roberto Pinheiro Klein e pelo presidente da **Funai**, Romero Jucá Filho, o convênio é parte de um plano de emergência para a área, que será desencadeado no início de janeiro, quando uma equipe capitaneada por técnicos da **Funai** procederá os levantamentos fundiário e sócio-econômico com vistas à demarcação definitiva da área Yanomami.

— Nós vamos demarcar a área Yanomami ainda em 1988 — assegurou o presidente da **Funai**. A presença de efetivos policiais do Território de Roraima é importantíssima para assegurar a tranquilidade dos índios e dar condições de trabalho à equipe que efetuará os estudos definitivos para a demarcação.

A área indígena Yanomami tem cerca de cinco mil indígenas e uma exten-

são de quase 10 milhões de hectares onde operam cinco grandes garimpos. "A partir da demarcação efetiva da área indígena, será possível a presença dos garimpeiros sem que haja conflitos" — disse o governador de Roraima.

Tanto ele quanto o presidente da **Funai** concordam em que uma ação na área Yanomami deve partir de princípios que busquem a solução de conflitos. "Demarcada a área indígena, os garimpeiros ficarão de fora. Há muito espaço em Roraima para se garimpar sem que seja preciso adentrar em áreas indígenas", observou Jucá Filho.

A **Funai** iniciará os levantamentos da área já na próxima semana, e terá prazo de 120 dias para concluí-lo. "Vamos congelar a situação atual, instalando os postos de vigilância (até o final de janeiro, três unidades estarão funcionando no Mucajai, em Paa-Piú e no Cambalacho) e evitando novos conflitos" assegurou o governador Roberto Klein.

O Plano, que será implementado a partir de janeiro, prevê ainda a presença de integrantes da Polícia Federal, a participação do DAC e até mesmo do CNP, que somente deverá autorizar a Petrobrás e a Shell, no aeroporto de Boa Vista, a venderem o combustível para aeronaves.